

# Comité de Representantes

**ALADI**

Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

**APROVADA**  
NA 569 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 567  
(Extraordinária)  
27 de junho de 1995  
Hora: 11h 45m às 12h 45m

## ORDEM DO DIA

O Comitê de Representantes recebe a visita do  
Doutor Alberto Kohan, Secretário-Geral designado da Presidência da República Argentina.

-----  
Preside:

JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte, Elizabeth Wimpfheimer, Jorge Alberto Biglione, Hugo Javier Gobbi e Roxana Sánchez (Argentina), Antonio Céspedes e José Guillermo Loría González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Hadil Fontes da Rocha Viana e Guilherme de Aguiar Patriota (Brasil), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia, Leopoldo Durán Valdés e Lilia Rodríguez Pizarro (Chile), Eduardo Cabezas Molina (Ecuador), Dora Rodríguez Romero e Arturo Juárez Juárez (México), Alfredo Núñez (Paraguai), Efraín Saavedra Barrera (Peru), Eduardo Penela Ríos (Uruguai), Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela), Manuel Aguilera de la Paz (Cuba), Carlos Alberto Prera Flores (Guatemala), Xie Rumao (República Popular da China), Jean-Louis Giddey (Suíça).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

-----

**PRESIDENTE.** Damos início à 567a. sessão extraordinária do Comitê de Representantes da ALADI, sessão especificamente convocada para receber o Digníssimo Senhor Doutor Alberto Kohan, Secretário-Geral designado da Presidência da República Argentina.

Antes de começar com este tema específico desejaria manifestar que temos em nosso seio, hoje, a presença ilustre do ex-Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Luis Alberto Lacalle, que para nós, do Comitê, e especificamente para um brasileiro, tem um grande apreço. O Presidente Lacalle é um dos construtores do MERCOSUL. Nesse sentido e em vários outros a Casa da Integração, tem a honra de tê-lo entre nós, hoje.

Senhores Representantes, estamos aqui para receber uma muito ilustre autoridade da República Argentina em nossa sede. Isto para nós constitui uma prova adicional da importância que o Governo argentino outorga aos esforços em prol da integração latino-americana. Tais esforços, como todos sabemos, contam com a participação ativa e construtiva do parceiro argentino, que sempre recorreu à força do diálogo e da vontade política para levar adiante os propósitos desta Organização.

A Argentina protagonizou, no âmbito regional e sub-regional, iniciativas significativas que remontam desde o início da ALALC, a sua transformação na ALADI e mais recentemente, nos últimos anos, à construção do MERCOSUL.

O Brasil, que eu represento nesta Organização, orgulha-se Senhor Secretário-Geral, de ser sócio da Argentina neste esquema de integração sub-regional que por seu dinamismo nós cremos que fortaleceu a ALADI.

Senhor Secretário-Geral, o senhor é uma das expressões mais vivas, mais atuantes da política interna argentina; o senhor contribuiu pessoalmente para o êxito do primeiro mandato do Senhor Presidente Carlos Menem, a quem auguramos a mesma felicidade neste segundo mandato.

Por tudo isso, Senhor Secretário-Geral, em nome do Comitê de Representantes, no meu próprio e no da Representação do Brasil, cumpre-me expressar-lhe as mais cordiais e afetuosas boas-vindas a Montevideu e a esta sede, a Casa da Integração.

Com estas palavras queria pedir ao Secretário-Geral da ALADI que fizesse uso da palavra antes de dá-la a nosso convidado de honra.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

**SECRETARIO-GERAL.** Senhor Secretário-Geral designado da Presidência da República Argentina, Doutor Alberto Kohan, Excelentíssimos Senhores membros da Comitativa Oficial, Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Excelentíssimos

Representantes dos países-membros, Excelentíssimo Doutor Luis Alberto Lacalle, ex-Presidente da República Oriental do Uruguai, Excelentíssimos Senhores Representantes de países observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, senhoras e senhores, esta Secretaria se sente muito honrada com tão ilustre visita, que mais uma vez demonstra o altíssimo interesse que a integração representa para a República Argentina.

Este interesse se reveste de particular importância considerando as altas responsabilidades administrativas e políticas que o Senhor Secretário-Geral assume neste grande país protagonista - da integração latino-americana.

Sabemos que o senhor está particularmente comprometido, sob a liderança do Senhor Presidente Doutor Carlos Saúl Menem, na construção da democracia, tão necessária para o desenvolvimento com equidade dos povos.

Sabemos como nesse empenho o Governo argentino vem assumindo com discernimento e ousadia um processo de transformação que está restaurando as condições de desenvolvimento econômico, social e político do país, restabelecendo as esperanças do povo argentino, revalorizando o trabalho produtivo em lugar da especulação e consolidando a credibilidade dos valores institucionais nacionais.

Em agosto de 92, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República Argentina a esta Casa da Integração, o Doutor Carlos Saúl Menem, recordei a célebre frase do General Perón: "O ano 2000 nos encontrará unidos ou dominados".

Também nesta oportunidade o Presidente Menem afirmou que "A Argentina está empenhada em construir a pátria grande consolidada em uma América Latina unida e soberana".

Acreditamos, Doutor Kohan, que os países da ALADI, tendo à Argentina como um dos mais combatentes integracionistas, estão caminhando firmemente neste rumo, inclusive neste momento em que este processo se desenvolve em três níveis: o nível dos acordos dos países da ALADI, bilaterais e sub-regionais, cuja consolidação, compromisso e dinâmica devem ser respeitados e apoiados juntamente com o esforço em prol da articulação e convergência dos mesmos, o nível da integração entre os países da ALADI e os da América Central e do Caribe e, finalmente, o nível do processo de negociação para a construção da área de livre comércio das Américas.

Estamos assim, Doutor Kohan, perante o grande desafio da construção de uma América Latina unida e soberana, como processo imprescindível para a construção de uma América economicamente mais integrada.

Sabemos, Doutor Kohan, que por sua capacitação técnica e política, podemos contar com que o senhor contribuirá junto ao Presidente Menem para o desenvolvimento econômico, social e

político da Argentina, desenvolvimento que é do mais alto interesse para os demais países da ALADI.

Com efeito, os recentes acontecimentos e a união que está sendo construída entre os países da ALADI a nível sub-regional e a nível geral, vêm demonstrando que existe hoje em dia uma solidariedade que se está estabelecendo entre os interesses pelo crescimento e a estabilidade de seus países, como base fundamental do progresso de todos.

Sabemos, também, Doutor Alberto Kohan, que através dessa tarefa pela Argentina o senhor será um dos que lutará pela integração da pátria grande, como foi manifestado nesta Casa pelo Presidente Carlos Saúl Menem.

Doutor Kohan, desejamos ao senhor muitos êxitos na nova função a desempenhar no processo argentino e agradecemos, por seu intermédio, a grande tarefa construtiva que a Argentina vem desempenhando nesta casa, tendo como eminente Embaixador o Doutor Jesús Sabra, grande exemplo de argentinidade e de integração latino-americana.

Queremos, Doutor Kohan, reiterar a disponibilidade da Secretaria-Geral de prestar todo o apoio técnico que requeira a República Argentina dentro das competências estabelecidas pelo Tratado de Montevideu 1980.

Solicitamo-lhe que transmita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Argentina esta disposição e que lhe transmita também que nesta Casa se está trabalhando intensamente pela construção da pátria grande.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Doutor Alberto Kohan.

SECRETARIO-GERAL DESIGNADO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA ARGENTINA (Alberto Kohan). Amigos, irmãos latino-americanos, companheiros latino-americanos das causas que a todos nos unem, que são as causas nacionais, populares realmente.

Para mim, estar aqui é sentir-me acompanhado por aqueles que fazem da luta da integração uma tarefa permanente, como temos feito não somente desde que o Presidente Menem, o Presidente dos argentinos, senão de muito antes quando queríamos integrar uma pequena Província do norte da Argentina com o Chile, com o Brasil, através de uma rodovia, quando lutávamos permanentemente por essa América grande, que realmente nos merecemos os latino-americanos e, em definitivo, os americanos.

Recém escutava alguma frase do General Perón e também desejo lembrar algumas outras quando ele dizia que "não há países amigos

ou inimigos senão que há países com interesses comuns e interesses contrapostos e a alegria e a felicidade que sinto quando viajo pela América Latina é de que somente vamos tendo interesses comuns e os interesses comuns passam pela melhor forma de viver de nossos povos que creio que, em definitivo, é o sentido final da política.

O processo da integração regional da América Latina foi, até o momento, o resultado da convergência de objetivos e interesses nacionais, tal como percebem os respectivos setores dirigentes políticos e empresariais dos países que aderem a este projeto.

A participação dos povos tem sido indireta, quase exclusivamente através dos Congressos; no entanto, esta atuação popular foi determinante para a continuidade da integração e para conferir-lhe credibilidade e viabilidade histórica.

Todos compreendemos o significado do processo de integração regional: é o degrau imprescindível para poder entrar no clube mais importante da Terra, o dos países que crescem com seu esforço criador de riqueza e de bem-estar genuínos para todos seus habitantes.

Vencidos os temores iniciais, rompida finalmente a inércia conformista de viver com o posto e confirmada pelos fatos a conveniência da integração latino-americana, chegou o momento de definir claramente como implementar em acordos e instituições políticas a necessária aceleração deste processo.

A história dos povos pode ser vista como a sucessão de concretrizações ou de fracassos coletivos das idéias de cada um deles perante os desafios existentes. Neste sentido, fica claro que a idéia da integração já está em nossa sociedade, mas são os homens e mulheres de carne e osso os que concretizarão ou não esta idéia e os dirigentes devemos interpretar essa vontade e colaborar para sua implementação.

Nossas sociedades entendem que a integração regional é agora um elemento imprescindível para fazer frente ao desafio da competitividade e da luta contra a pobreza, com a conseguinte geração crescente de riqueza, material e espiritual.

Neste sentido, os recursos e elementos, que adquiriram maior importância nos últimos tempos como fatores da competitividade e que passaram a ser estratégicos em qualquer relacionamento internacional, poderiam agrupar-se -embora a lista não seja exaustiva- em cinco grandes grupos:

1. A mente conhecimento-informação-capacitação.
2. A tecnologia: em processos, produtos e serviços.
3. A poupança e o financiamento.
4. Os mercados: nacionais, regionais e mundial.

5. O meio ambiente.

Os recursos e elementos someramente indicados parecem ter um papel cada vez mais importante nas relações econômicas internacionais, com óbvio impacto nas relações políticas mundiais. O Estado desempenha um papel essencial e irrenunciável em todos estes aspectos.

As instituições da integração devem reforçar o poder do Estado, em cumprimento destas tarefas; de outra forma careceriam de sentido e de missão.

A nova política da integração dentro da atual realidade econômica mundial e perante as fortes tendências de mudança existentes não pode ignorar a perda de vigência do modelo teórico clássico do "livre comércio" ou "livre câmbio" multilateral do pós-guerra (que, com importantes e crescentes exceções, prevaleceu até a década de 1980) e o progressivo aparecimento de um modelo denominado "fair trade" ("comércio justo" ou "comércio leal"), apregoado principalmente pelos Estados Unidos em seu relacionamento com o Japão e plasmado explicitamente no Tratado de Livre Comércio norte-americano dos Estados Unidos, Canadá e México.

Esse modelo do "comércio justo" ou "comércio leal" tem seu apoio firme na admissão negociada e explícita de diversas restrições ao comércio, em função da sensibilidade e/ou importância estratégica de alguns setores ou segmentos de atividade, bem como na adoção de normas em matérias conexas ao comércio (propriedade intelectual ou investimentos).

No caso do comércio intra-regional, o fator dinamizador será dado pela liberação recíproca do acesso a consideráveis porções de mercado entre os sócios.

Este novo "comércio justo" ocorrerá também entre grupos de nações, embora provavelmente com um critério mais restritivo que o definido para o comércio intra-regional.

A política da integração latino-americana não deveria esquecer, ainda, a "convergência dos modelos econômicos internos", decorrente dos ajustamentos estruturais dos países em desenvolvimento, visível em todos os países da ALADI, especialmente a partir do final da década dos oitenta, que tende a fazer-nos cada vez mais homogêneos em matéria de comportamentos econômicos. Embora este processo possa ter avanços e possa deter-se, a tendência é unívoca no sentido indicado.

Estas novas tendências fazem com que nos países em desenvolvimento adquiram grande relevância, especialmente as sincronias e as assincronias na adoção das medidas macro-econômicas.

Os exemplos disponíveis deste novo modelo de "comércio justo intra-regional" (ainda não suficientemente estudado) apresentam características tais como, entre outras:

- liberação anunciada, progressiva e automática, dos entraves tarifários e para-tarifários à maior parte do comércio;
- reciprocidade estrita no tratamento, sem tratamentos diferenciais em função do grau de desenvolvimento dos participantes, com algumas exceções limitadas;
- regras específicas e comércio administrado a respeito do setor agropecuário e de alguns segmentos industriais (têxteis, automotores, energéticos, siderúrgico, eletrônico, por exemplo) e de serviços (transportes, financeiros), bem como produtos sensíveis;
- regras estritas em matéria de origem, investimentos, serviços, propriedade intelectual, subsídios, práticas desleais de comércio, solução de controvérsias, cláusula de salvaguarda; e
- ênfase nas soluções "de mercado" para os problemas derivados da concorrência em nível interno de cada um dos países.

Evidencia-se nas preocupações dos países a necessidade de atender a duas dimensões inter-relacionadas da realidade econômica: a dimensão macro-econômica e a dimensão micro-econômica dos produtores e consumidores.

Para ser útil em qualquer um dos cenários que aparecem como possíveis para os próximos anos, a nova política de integração deverá atender de modo crescente os aspectos micro-econômicos.

Para estes efeitos haveria que buscar a cooperação internacional de países ou grupos de países com modelos econômicos bem sucedidos nestes aspectos; esta cooperação poderia constituir o embrião de futuras relações comerciais ampliadas, por exemplo, com a União Européia e com o Sudeste Asiático.

A competitividade internacional dever-se-á, cada vez mais, ao modelo de organização empresarial que se adotar. A este respeito o aprendizado que possam fazer os empresários quanto aos diferentes modelos possíveis desempenhará um papel fundamental. A ALADI pode e deve promover e facilitar este aprendizado aos empresários da região.

Os acordos e instituições de integração regional e sub-regional deveriam reforçar o poder negociador de seus países-membros no tratamento dos elementos e recursos estratégicos, com vistas a uma inserção competitiva na economia mundial do Século XXI.

Com esta finalidade se poderia, em uma primeira etapa, captar e dedicar recursos humanos, técnicos e financeiros para esboçar e começar a executar as ações necessárias para reforçar o poder negociador de nossos países nas áreas do conhecimento, da

tecnologia, do financiamento, dos mercados e do meio ambiente. Neste sentido, a ALADI está em condições de dar o apoio institucional e o aval dos países-membros às ações a serem empreendidas.

Em nível mundial é crescente a importância do comércio intra-firma das empresas multinacionais (calculado em 40 por cento do total). Esta realidade deve ser considerada de maneira muito especial nos processos de integração para aproveitar a tendência e obter investimentos, tecnologia e mercados que podem ser fornecidos pelas firmas multinacionais, garantindo-lhes uma operatividade de mútua conveniência.

Outrossim, deverão ser levados em conta, tanto no processo de negociação com estas empresas como no processo de adoção de normas (especialmente técnicas e de acesso aos mercados), os desenvolvimentos que ocorram no mercado europeu para que o novo comércio administrado entre blocos não nos encontre despreparados perante um dos maiores mercados do mundo.

De maneira complementar ao relativo às empresas multinacionais e ao acesso aos megamercados deveriam ser feitos os esforços com vistas a uma melhor organização empresarial da região.

A eventual reconstrução do modelo empresarial deveria contemplar, entre outros aspectos, os esquemas associativos, as fusões, as redes de subcontratação, o grau de abertura do capital das empresas e o mercado de capitais, a revolução nas comunicações, entre outros aspectos fundamentais.

A América Latina (cada um dos países que a compõem) enfrenta, entre outros, o desafio de se incorporar competitivamente à economia mundial e combater em todas suas frentes a pobreza e a marginalização de amplos setores de suas sociedades nacionais. A integração econômica é parte da resposta a este desafio; de seu êxito ou fracasso depende, em grande medida, a viabilidade histórica de nossos povos. Perante esta situação não é possível negar que a integração de nossos países já não é somente uma questão de economia, comércio ou finanças, mas um desafio político de grande envergadura. Nesta hora cabe a nós, os dirigentes, a máxima responsabilidade para que nossa resposta tenha êxito.

No contexto da integração em blocos ou grandes unidades econômicas, com o objetivo explícito ou implícito de melhorar a posição competitiva de seus integrantes pode-se notar claramente duas dimensões que, embora intimamente relacionadas, podem e devem ser abordadas de maneira diferente: a dimensão macro-econômica -de responsabilidade governamental- e a dimensão micro-econômica, na qual o Estado pode desempenhar um papel importantíssimo.

A integração na ALADI deve dar atenção a estes dois enfoques, embora possam aprofundar-se e aperfeiçoar-se de forma separada.



Acredito que há alguns aspectos, particularmente onde todos temos uma decisão de trabalhar para uma integração efetiva no aspecto macro-econômico entre os países que integram a ALADI:

- as desgravações tarifárias,
- o desmantelamento das restrições não-tarifárias,
- a mobilidade de fatores produtivos,
- as políticas macro-econômicas coordenadas (especialmente a fiscal, a monetária e a de investimentos),
- o sistema de pagamentos,
- as legislações harmonizadas,
- a preocupação pelo meio ambiente,
- a regulação comum do comércio internacional dos serviços,
- a infra-estrutura física.

Há uma dimensão que particularmente nos preocupa porque creio que no aspecto macro-econômico podemos discutir muitos fatores de integração entre as grandes empresas ou os grandes grupos de empresários. Mas há um setor que não devemos esquecer porque é a base também de nossas economias e a base também de nossa luta pela justiça social, que é a micro-economia, médias e pequenas empresas que estão sendo um desafio para nossos países e seguramente para os países dos senhores.

Pensamos que a integração produtiva em nível das empresas, seja como países da região, seja como países de fora da região, vai-nos permitir armar esquemas competitivos para poder abordar outros mercados.

Resulta muito claro que, especialmente na segunda metade do Século XX, as empresas se expandiram por todo o planeta e criaram um entrelaçamento de relações, que se superpôs com a trama das relações interestatais, que são o clássico em relações internacionais.

Estas tramas, primeiro independentes, depois superpostas, entrelaçaram-se agora firmemente de maneira que muitas vezes é difícil distinguir onde termina um relacionamento interestatal e onde começa um relacionamento interempresarial. Normalmente estarão misturadas de forma quase indissolúvel.

É inadiável, então, atender este aspecto das relações de integração, levando em conta a diferença entre os diversos sistemas micro-econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos: o sistema capitalista, individualista, caracterizado pela maximização de benefícios, e o sistema capitalista-comunitário japonês ou europeu continental, caracterizado pelas alianças empresariais estratégicas e pelo forte apoio do Estado e pelas diferenças com os sistemas que ainda subsistem em nossos países.

Embora a existência de instrumentos adequados e a participação empresarial sejam fundamentais para o esboço e a colocação em prática da integração, não se pode deixar de levar em conta o objetivo mediato de nossa integração, que é incorporar-nos competitivamente em uma economia mundial constituída por grandes

unidades econômicas, cujas relações de cooperação e de concorrência ainda não estão definidas.

Para estes efeitos definimos para nosso desenvolvimento como país, neste próximo período de quatro anos que ao governo do Presidente Menem cabe encarar, mas creio que também é aplicável a uma relação entre os países que queremos efetivamente integrar-nos, como principais aspectos:

1. a formação e o treinamento dos recursos humanos para o próprio Estado e para as empresas;
2. o acesso das empresas à informação e à tecnologia;
3. o financiamento;
4. o acesso de produtos a terceiros mercados; e
5. produções ecologicamente sustentáveis.

Insisto nisto do meio ambiente, naquilo ecologicamente sustentável, porque nossos países ainda têm valores referentes ao meio ambiente e estamos em um ponto crítico em que o podemos defender.

Acredito que a tarefa de prevenção é uma tarefa de países inteligentes, porque a agressão a situações já feitas nos custará não só muitos problemas, mas também muitos conflitos. Para nós, o tema ecológico e do meio ambiente é um dos temas principais.

Em síntese, a nova política da integração deveria dar maior atenção às necessidades das empresas; e uma forma de fazê-lo é aprender, através da cooperação internacional, das experiências bem sucedidas de colaboração Estado-particulares.

Difícilmente uma atividade produtiva será competitiva no mundo se não incorporar inovação e progresso técnico a seus processos e a seus produtos. O objetivo da cooperação deveria ser o atendimento adequado deste problema. A ALADI constitui um âmbito sumamente capacitado para incorporar estes esquemas de cooperação em nível internacional.

Não desejaria terminar sem fazer alguma proposta -aliás, creio que todo este diagnóstico é muito conhecido por todos os senhores- que é basicamente nosso esquema de preocupação para que em definitivo possamos ter resultados.

Nossa proposta é criar, sustentar e desenvolver um centro de formação e aperfeiçoamento permanente de funcionários e empresários da integração, uma universidade da competitividade, com fundos da Associação, de países-membros, de cooperação internacional e/ou de empresas que formem seus quadros neste centro. Com esta finalidade temos tratado com empresas, na Argentina, decididas a integrar-se, e desejaria deixá-lo como proposta para a possibilidade de que haja integração com empresas de cada um dos países-membros. Vincular de maneira adequada e permanente

este centro ou universidade com as principais fontes de informação política internacional (chancelarias, agências de notícias), econômica e tecnológica (centro de excelência e agência de cooperação). Determinar, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e com outros organismos e agências internacionais, que as normas comerciais, baseadas em razões ecológicas, não constituam barreiras ao intercâmbio. Para isto deveremos adequar também nossas próprias normas a elementos vinculados com essa defesa do meio ambiente e da ecologia.

Com estas palavras tratei de expor a decisão e nosso desafio para este período que se aproxima na Argentina, período que o governo do Justicialismo, dirigido pelo Presidente Menem, recebeu com orgulho em sua ratificação em 14 de maio por mais votos dos que obteve em 1989; recebeu com orgulho, recebeu com decisão, mas também recebeu com humildade e responsabilidade a missão que os argentinos nos deram.

Ninguém duvida de que houve um rápido processo de integração, que às vezes vai além da própria velocidade dos governos, que tem essa velocidade, quase lhes poderia dizer, natural, que têm os povos para se acelerarem. Nossa obrigação é caminhar, é acompanhar esses processos de integração.

Podem estar seguros de que assim como quando éramos governo em uma província pequena já nos queríamos integrar, agora que somos governo de um país lutamos por uma integração real: sentimo-nos, profundamente, primeiro argentinos, depois latino-americanos e também americanos.

Creio que esse sonho de uma integração real desde o Alasca até a Terra de Fogo também deve ser um de nossos objetivos.

Este sonho de uma integração efetiva que nos encontre unidos no ano 2000 já é uma realidade. E eu creio que devemos também lutar por algo que é a base de nosso movimento, mas também é a base do pensamento de todos os senhores: a justiça social. E a maior justiça social para um povo é viver com dignidade, ter trabalho e, em definitivo, saber que seus dirigentes estão lutando por isso.

Realmente quero falar-lhes de nosso compromisso, quero falar-lhes da honra que para mim significa estar aqui; também quero falar de um futuro que nos deve acompanhar porque simplesmente é o futuro que os latino-americanos merecemos; ninguém nos está presenteando nada, mas devemos lutar durante todos os dias para consegui-lo. Muito obrigado pelo prazer de estar aqui.

- Aplausos.

**PRESIDENTE.** Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral designado; certamente esta Casa da Integração analisará com muita atenção, e com todo o carinho que elas merecem, suas reflexões e suas propostas muito concretas.

Senhores Representantes, não havendo outros assuntos a tratar, eu os convido para um brinde em homenagem a nosso convidado, o Senhor Secretário-Geral designado da Presidência argentina.

Encerra-se a sessão; muito obrigado.

-----